



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
Rua Princesa Isabel, 410 – Boa Vista – Recife – Pernambuco

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Da COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei Ordinária (PLO) n.º 382/2021, que denomina “Esperança Garcia” a próxima rua a ser construída no município do Recife; pela REJEIÇÃO.

RELATOR: Vereador **SAMUEL SALAZAR**

I – REATÓRIO

A Comissão de Legislação e Justiça recebeu, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 382/2021, de autoria da vereadora Dani Portela, nos termos do artigo 113 do Regimento Interno da Câmara Municipal do Recife.

A Proposição visa denominar de “Esperança Garcia” a próxima rua a ser construída no município do Recife.

Em sua justificativa, a proponente esclarece que:

“É importante asseverar que a História oficial do Estado Brasileiro ainda reproduz narrativas que excluem as experiências das populações negras e indígenas, empecilho que cria barreiras para a efetivação plena da democracia.”





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Rua Princesa Isabel, 410 – Boa Vista – Recife – Pernambuco

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

A Proposição foi apresentada em reunião remota do dia 22/11/2021, em regime ORDINÁRIO (*art. 31, §2º da LOMR e art. 284, II do RICMR*) e encaminhado às comissões legislativas na 1ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. O prazo para recebimento de emendas encerrou em 21/02/2022. Nesse interstício, a propositura não recebeu emendas.

Vem, agora, à Comissão de Legislação e Justiça para ser apreciado em seus aspectos constitucionais, legais e jurídicos, conforme dispõe o artigo 287, inciso I, alínea a, do Regimento Interno da Câmara Municipal do Recife.

II – VOTO

Primeiramente, temos que, pela leitura da ementa e do artigo 1º do projeto de lei em questão, a proposta pretende atribuir denominação a próxima rua a ser construída no município do Recife. Embora louvável a Iniciativa da ilustre parlamentar, conclui-se que a propositura não reúne condições para prosseguir em tramitação, isso porque, independente de quem seja o autor de uma proposição, a redação deve atender a alguns critérios estabelecidos pela Lei Complementar nº 95, de 1998, para tornar o seu conteúdo claro e preciso.

Dessa forma, não obstante a iniciativa da Câmara Municipal do Recife para dar denominação de próprios e logradouros públicos tenha respaldo no art. 22, XVII, da Lei Orgânica do Município do Recife (LOMR), o projeto de lei em tela deve indicar com precisão a via pública que receberá a denominação.

À luz do princípio da eficiência, o qual se tornou expresso em nosso ordenamento constitucional por obra da EC 19/1998, a noção de eficiência vincula-se à ideia de que os atos ocorram de modo mais simples e com maior qualidade, o que não se verifica no caso em apreço.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
Rua Princesa Isabel, 410 – Boa Vista – Recife – Pernambuco

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Assim, em face do exposto, o Projeto de Lei Ordinária n.º 382/2021, de autoria da vereadora Dani Portela, não se mostra adequado sobre os aspectos de constitucionalidade, legalidade e juridicidade, razão pela qual, opino pela REJEIÇÃO.

Recife, 23 de fevereiro de 2022.

SAMUEL SALAZAR
Relator





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
Rua Princesa Isabel, 410 – Boa Vista – Recife – Pernambuco
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

III – CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Do exposto, opina a **Comissão de Legislação e Justiça** pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei Ordinária nº 382/2021, de autoria da vereadora Dani Portela.

Sala das Comissões da Câmara Municipal do Recife, de de 2022.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

FELIPE FRANCISMAR
Presidente

ANDREZA ROMERO
Vice-presidente

RENATO ANTUNES
Membro Efetivo

RINALDO JÚNIOR
Membro Efetivo

SAMUEL SALAZAR
Relator

FRED FERREIRA
Membro Suplente

FABIANO FERRAZ
Membro Suplente

MARCOS DI BRIA JÚNIOR
Membro Suplente

